



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ  
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.959 /2022

Vereador Autor: Iza Vicente.

*Institui a Política Municipal de  
Prevenção ao Abandono e à Evasão  
Escolar e dá outras providências.*

A CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ, no uso de suas atribuições legais, delibera e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituída a Política Municipal de Prevenção ao Abandono e à Evasão Escolar no Município de Macaé, em consonância com o Plano Municipal de Educação, Lei Municipal nº 4.106/2015, e com a Base Nacional Comum Curricular prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1º A implementação das diretrizes e ações da Política Municipal de Prevenção ao Abandono e à Evasão Escolar será executada de forma intersetorial e integrada, e coordenada, principalmente, pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º Considera-se “abandono escolar”, para fins desta Lei, a situação do aluno que abandona, no período de ensino obrigatório, a escola durante o ano letivo;

§ 3º Por sua vez, considera-se “evasão escolar”, para fins desta Lei, quando, após abandonar a escola durante o ano letivo, o aluno deixa de renovar a matrícula no ano seguinte para dar continuidade aos estudos.

**Art. 2º** São princípios da Política Municipal de Prevenção ao Abandono e à Evasão Escolar o reconhecimento:

- I – da educação como principal fator gerador de crescimento econômico, redução das desigualdades e diminuição da violência;
- II – da escola como ambiente de desenvolvimento social, cultural, ético e crítico, necessário à formação e ao bem estar dos alunos;
- III – do acesso à informação como recurso necessário para melhoria da qualidade de vida, geração de autonomia, liberdade e pleno desenvolvimento cidadão do estudante;
- IV – do aprendizado contínuo desde a infância como fator valioso na melhoria da saúde, aumento da renda e da satisfação das pessoas.

**Art. 3º** A Política Municipal de Prevenção ao Abandono e à Evasão Escolar tem as seguintes diretrizes:

- I – desenvolver programas, ações e articulação entre órgãos públicos, sociedade civil e organizações sem fins lucrativos, que visem ao desenvolvimento de competências socioemocionais e o desenvolvimento cognitivo do aluno durante todo o ano letivo;
- II – incentivar a expansão do número de contraturnos ou centros de atendimentos integrais;
- III – aproximar a família do aluno de suas atividades escolares, de seus planos futuros e de seu ambiente estudantil;
- IV – promover atividades que aproximem os alunos e estreitem seus vínculos com a escola;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

- V – aprimorar e ampliar currículos complementares voltados para integração educacional tecnológica e as necessidades pedagógicas emergentes;
- VI – propor atividades extracurriculares centrada nos alunos, com aulas interativas e que exijam contato permanente entre corpo docente e discente, com oportunidade de escolha de oficinas, ou demais atividades complementares;
- VII – estruturar avaliações de aprendizagem periodicamente e promover aulas de reforço para os alunos que delas necessitem;
- VIII – promover atividades de autoconhecimento;
- IX – promover ações que estimulem a participação dos alunos nas decisões de suas turmas e séries;
- X – estimular a integração entre alunos e a construção de ambiente escolar democrático, inclusive com a formação de grêmios, grupos esportivos e de estudos, conferindo o máximo de autonomia possível aos alunos para a condução de seus trabalhos;
- XI – promover visitas aos alunos evadidos, após o caso concreto revelar recomendável;
- XII – promover palestras e rodas de conversas de conscientização e combate às principais causas sociais de evasão escolar;
- XIII – procurar identificar os alunos e famílias que precisem de apoio do Poder Público e ajudar no direcionamento as Secretarias responsáveis.
- XIV – promover o estreitamento da relação entre profissionais da educação e pais de alunos;
- XV – mapear e identificar qualitativa e nominalmente os alunos evadidos de modo periódico, promovendo a assistência psicossocial necessária com aluno e familiares para trazê-los de volta à sala de aula;
- XVI – realizar estudos periódicos para identificar os motivos pelos quais os alunos evadem a escola, com o objetivo de construir políticas públicas mais concretas por meio das demais diretrizes trazidas por esta Lei.

**Art. 4º** As ações descritas nesta lei poderão ser realizadas pelo Poder Executivo Municipal, pelas escolas, entidades representativas de classe e pelas organizações da sociedade civil, isoladamente ou em parceria.

**Art. 5º** A presente lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal, no que couber, para sua fiel execução.

**Art. 6º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO, em 01 de novembro de 2022.**

**WELBERTH PORTO DE REZENDE**  
**PREFEITO**

Publicação	<u>Dom</u>
Edição N.º	<u>600</u> <u>ANO III</u>
Data	<u>08/11/2022</u> pag <u>01</u>
<u>[Assinatura]</u> SECRETÁRIO	